



VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública

ISSN: 2594-5688

Sociedade Brasileira de Administração Pública

ARTIGO

**REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE ANÁLISE DO
FINANCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
MUDANÇA DO CLIMA**

KAREN DE OLIVEIRA SILVERWOOD COPE, PAULO CARLOS DU PIN CALMON

GT 2 ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública, Brasília/DF, 3 a 5 de novembro de 2021.
Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP)
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP)
Brasil

Disponível em: <https://sbap.org.br/>

Título: Revisão sistemática sobre análise do financiamento de políticas públicas para a mudança do clima

Resumo:

Este relatório de revisão sistemática objetiva identificar o estado da arte da produção científica acerca do tema de financiamento da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Busca-se a produção acadêmica de análise de políticas públicas para interpretar o fenômeno sob o marco teórico de fluxos múltiplos (KINGDON, 2002) e de definição de agenda. Foi apurada a produção no período 2010-2020 sobre o objeto de mudança do clima, financiamento, fluxos múltiplos e definição de agenda. Ao total foram selecionados para análise 49 artigos de 2.373 resultados, analisados sob critérios de método, dados, marco teórico, período de referência, conclusões, recomendações e limitações, dados de ano e periódico da publicação. A seleção indicou as principais aplicações teóricas e limites da abordagem de múltiplos fluxos e de definição de agenda. Foram escassos artigos sobre financiamento da mudança do clima, sendo um objeto inexplorado no âmbito da análise de políticas públicas.

Palavras-chave: mudança do clima, financiamento, fluxos múltiplos, definição de agenda, políticas públicas.

Introdução

Este relatório de revisão sistemática da literatura científica tem por objetivo identificar o estado da arte da produção acerca do tema de financiamento da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), vigente entre dezembro de 2009 até 2020 com metas nacionais de redução de emissão de gases de efeito estufa e ações para adaptação à mudança do clima.

Busca-se a produção acadêmica de análise de políticas públicas para interpretar o fenômeno da ausência de definição de agenda para política fiscal para PNMC (SILVERWOOD-COPE; LING, 2020) , que não incorporou as diretrizes de financiamento explicitamente propostas na Lei da PNMC (Lei 12.187 de 2009, artigo 9º). Propõe-se a analisar sob o marco teórico de fluxos múltiplos de Kingdon (KINGDON, 2002) para interpretar as razões que influenciaram esta condição.

Este relatório é relevante para o campo de conhecimento da Ciência Política e Administração Pública na medida em que apresenta uma revisão de trabalhos teóricos e estudos de caso dos últimos 10 anos da produção científica com especial enfoque para a área de políticas públicas. Em uma perspectiva pragmática, o relato situa o leitor no debate recente sobre a pesquisa na temática, também servindo aos campos do Direito Tributário, Finanças Públicas e profissionais que atuam em políticas públicas.

Parte 1: Método

Foi realizada uma revisão sistemática para levantar os artigos científicos publicados no período 2010-2020 sobre o objeto de gastos tributários e subsídios para mudança do clima de forma a identificar o estado da arte científica no tema. São identificadas as abordagens teóricas, dados e métodos de pesquisa aplicados por outros autores que tenham abordado a questão de pesquisa sobre o financiamento público extra orçamentário sobre políticas públicas para mudança do clima e/ou aplicado a teoria de fluxos múltiplos na interpretação destes fatos. As buscas foram realizadas em janeiro de 2021.

Em relação à abordagem teórica foi realizado um levantamento específico de toda a produção presente no Portal da CAPES sobre a teoria de fluxos múltiplos com objetivo de mapear padrões de aplicação da teoria. A busca foi complementada com o Portal *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Para o desenvolvimento e seleção das palavras-chaves de busca foram feitos testes de refinamento no Portal da CAPES e Google Scholar. O resultado do termo principal a ser usado, sinônimos e termos relacionados está apresentado no quadro 1 abaixo. Conclui-se que existem três conceitos relacionados ao tema do estudo de caso dos quais derivam as palavras chave de busca: (i) mudança do clima; (ii) finanças públicas e (iii) definição de agenda.

Para os três conceitos foi desenvolvida uma tabela semântica com o sinônimo de busca a ser realizado em busca booleana (+, OR, -). As buscas foram limitadas pelos campos e formato de busca nos portais: CAPES e GOOGLE SCHOLAR.

Quadro 1: Quadro semântico de termos de busca da revisão sistemática

Palavra-chave	Sinônimo	Relacionado
mudança do clima	aquecimento global, mudança climática	meio ambiente, biodiversidade, carbono, adaptação, mitigação, gases de efeito estufa
finanças públicas/gasto tributário/subsídios	isenção fiscal, gasto público, financiamento, extra orçamentário, extrafiscal	incentivo fiscal, reforma tributária, política fiscal verde
definição e agenda/processo decisório	tomada de decisão, formulação de agenda	formulação de políticas públicas
fluxos múltiplos	múltiplos fluxos	teoria de Kingdon

fonte: próprio autor

A seleção de palavras-chave para o Portal CAPES foi a coluna de termo principal da Tabela 1. As buscas foram realizadas em pares de palavras-chave em razão da limitação de campos do Portal CAPES. Para o Google Scholar foi aplicada a mesma seleção e também

desenvolvida a seguinte chave de palavras-chave em inglês: ("*climate change*") AND ("*agenda setting*") AND ("*decision making*") AND ("*public finance*").

Para organização dos artigos foi usado o software Mendeley no qual os textos foram salvos em pastas por busca. A análise comparativa e tabelas de sistematização foi feita no excel.

O método da revisão sistemática seguiu a seguinte ordem (SAMPAIO, R.; MANCINI, M., 2007):

1. definir a pergunta de pesquisa;
2. identificar as bases de dados a serem consultadas e definir as palavras-chave de busca e estratégias de busca;
3. Estabelecer critérios para seleção de artigos;
4. Realizar a busca e comparar os resultados de busca;
5. Aplicar critérios de seleção e exclusão dos artigos;
6. Analisar criticamente e avaliar os artigos selecionados;
7. Preparar resumo com síntese das informações disponíveis nos artigos;
8. Apresentar uma conclusão sobre as evidências encontradas.

Foram aplicados os seguintes parâmetros para análise dos artigos relacionados ao estudo de caso:

1. Título do artigo, ano e Periódico;
2. Método aplicado: revisão de literatura, estudo de caso, estudo, exploratório;
3. Período de análise: data de início e término da pesquisa apresentada;
4. Dados: tipo de dado coletado e analisado;
5. Resultados: apresentação resumida das principais conclusões;
6. Grupo de interface semântica com a busca realizada: mudança do clima + OR finanças públicas + OR processo decisório;
7. Afinidade: julgamento do autor sobre pertinência do artigo - alto, e baixo - para a pergunta de pesquisa: abordagens teóricas, dados e métodos de pesquisa aplicados na análise do financiamento sobre mudança do clima;
8. Observações gerais: campo para notas de interpretação de nível geral.

Os artigos foram selecionados e, se considerados com afinidade, foram analisados sobre os parâmetros de análise comparativa (HIGGINS, J. P. T., 2019).

Em relação à busca por artigos no quesito teoria, foram aplicados os seguintes parâmetros para sistematização dos artigos relacionados à teoria de fluxos múltiplos e definição de agenda. Os artigos selecionados foram analisados comparativamente em relação à:

conclusões sobre aplicação da teoria; recomendações sobre a aplicação da teoria e estudos futuros, e limitações sobre aplicação da teoria.

Parte 2: Resultados

2.1. Resultados do Portal CAPES relacionados à Mudança do Clima

Foi realizada busca no Portal CAPES de periódicos com as seguintes combinações em pares de palavras-chave: fluxos múltiplos, subsídios, gasto tributário, sistema tributário, processo decisório, formação de agenda, política fiscal, finanças públicas, gestão fiscal, definição de agenda, mudança do clima.

Foram selecionados 9 artigos (sem repetição) no total de 168 artigos encontrados com as palavras-chave indicadas na tabela acima. Nenhum dos artigos aborda diretamente a questão de pesquisa, então selecionei artigos que abordam, pelo menos, de dois dos três grupos de palavras-chave, sendo necessariamente um deles "mudança do clima".

Contatou-se que há apenas 1 artigo que combina fluxos múltiplos com mudança do clima. Dois artigos tratam de subsídios aplicados ao financiamento de mudança do clima, sem marco teórico identificado, mas com abordagem de análise econômica financeira. Três artigos tratam de gastos tributários com uma revisão teórica sobre tributação ambiental, com marco teórico predominante de teoria sistêmica, do direito tributário. Os demais 4 artigos estão no campo do conhecimento mais próximo à Ciência Política descrevendo processos de definição de agenda e formulação de políticas públicas de mudança do clima.

Há prevalência de estudos de caso sobre iniciativas especificamente selecionadas sobre mudança do clima com uso de entrevistas com atores-chave e revisão documental. O marco teórico encontrado foi a teoria sistêmica do direito, a teoria sobre *agenda holder* e fluxos múltiplos. Os periódicos de publicação foram diversos, não havendo destaque de frequência, a não ser por 2 registros na Revista de Administração Pública.

Do total de artigos, apenas 2 destacam-se com alta relevância para a pergunta de pesquisa norteadora desta revisão sistemática, sendo 1 sobre sistema tributário ambiental e outro sobre análise de política para mudança do clima sob ótica de fluxos múltiplos no Equador. Esses artigos oferecem dados e referências conceituais que agregam ao projeto de pesquisa e são brevemente comentados a seguir.

O artigo "A Tributação Ambiental no Brasil" (DE CARLI; COSTA, 2015) apresenta a previsão legal para a tributação ambiental, a avaliação do contexto e recomendações para reforma tributária ambiental. Há coleta de dados na legislação nacional de todo amparo legal e até determinações para implementação da tributação ambiental e, especificamente, para

mudança do clima. Esta análise está diretamente ligada ao tema de gasto tributário para mudança do clima e parte das considerações sobre a complexidade do tributo ambiental justificam a ausência deste mecanismo no Brasil. O artigo é conclusivo sobre a inexistência do tributo ambiental verde no sistema tributário nacional. Os casos de tributos com algum critério secundário ambiental são dispersos e pouco coordenados.

O artigo "A Iniciativa Yasuní-ITT: uma análise a partir do Modelo de Fluxos Múltiplos" (MILANEZ; SANTOS, 2016) aborda a Iniciativa Yasuní-ITT, apresentada pelo governo do Equador em 2007 para não explorar parte de suas reservas de petróleo, recebendo, por isso, recursos de países industrializados como compensação pela não emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). O caso foi analisado com a teoria dos fluxos múltiplos apresentando sob os fluxos de problemas, política e soluções o desenvolvimento da Iniciativa e sua entrada na agenda de políticas públicas. Conclui o autor que o modelo é eficaz para interpretar a atuação de atores, o uso de discursos e as oportunidades que se abrem entre a convergência dos fluxos políticos e de problemas. O autor recomenda a inclusão do 'humor internacional' complementando a análise do humor nacional no fluxo político e que, no caso, persuasão e construção de identidade foram variáveis da janela de política pública, sugerindo complementar a teoria de fluxos múltiplos com perspectivas construtivistas.

Os demais 7 artigos não foram selecionados porque não apresentaram marcos teóricos consistentes para análise do estudo de caso ou apresentaram uma análise exploratória descritiva que não ofereceu generalizações ou conclusões aplicáveis ao caso em questão. Em alguns artigos faltou a definição de modelo de variáveis ou detalhamento de método que impedem sua replicação. Apresento a seguir as principais contribuições de cada artigo analisado para o projeto de pesquisa em questão.

Os dois artigos sobre subsídios dedicados ao sistema de crédito CRESOL (GONZALEZ; MOSER, 2015) e à análise do seguro agrícola (GUIMARÃES; IGARI, 2019) apresentam análise de uso dos subsídios públicos dedicados à mudança do clima. São casos concretos que exemplificam como os subsídios tem sido aplicados com seus limites e necessidades de melhoria. No caso do microcrédito oferecido pelo CRESOL há indicação de melhorias para os critérios de mudança do clima, mas percebe-se um caso concreto de aplicação finalística para o combate à mudança do clima ao agricultor. No artigo sobre o seguro agrícola as evidências de potencial seleção adversa do seguro obtidas a partir de uma análise econométrica indicam necessidade de melhoria na gestão do mecanismo a fim de assegurar sua sustentabilidade. Tanto o microcrédito quanto o seguro climático são mecanismos de financiamento importantes em todos os países para as políticas de mudança do clima e que

dependem diretamente do subsídio público. Trata-se de uma ação fundamental da Política Fiscal para implementação da PNMC no Brasil.

Os dois artigos que tratam sobre o tributo ambiental apresentam uma revisão teórica sobre os fundamentos do Direito econômico e tributário na defesa da instituição de tributos ambientais no Brasil: "Uma análise sistêmica do princípio protetor-recebedor na institucionalização de programas por compensação ambiental" (HUPFFER; WACLAWOVSKY, 2011) e "Sustentabilidade ambiental: parâmetro necessário à atividade econômica e requisito essencial à concessão do benefício fiscal" (CARLI; COSTA, 2016). O conceito da extrafiscalidade é importante na definição de propósito destes tributos. Em comum os três artigos confirmam a ausência de tributos ambientais no Brasil e a necessidade de sua implementação. São contribuições importantes ao projeto de pesquisa em questão por agregar a origem legal e constitucional para tributação ambiental, inclusive considerando a PNMC. Os artigos apresentam revisões conceituais exploratórias do Direito e da teoria sistêmica com uso de exemplos descritivos e não apresentam método de pesquisa detalhado. Por isso não tem baixa aplicação com a pesquisa em questão.

Outros dois artigos tratam de análises de definição de agenda no campo da Ciência Política. O artigo "Ainda vale a pena legislar" (SILVA; ARAUJO, 2013) define seu marco teórico sobre *agenda holder* e analisa na Câmara dos Deputados o papel destes atores no processo de decisão de políticas públicas. Consiste em uma detalhada análise da atuação de Deputados sobre uma seleção de temas de Projetos de Lei, inclusive da PNMC. O modelo teórico e de variáveis está bem estruturado neste artigo - identificando *agenda setter*, *agenda holder* e *brokers* - e pode ser aplicado no âmbito do marco teórico de fluxos múltiplos também. Entretanto, o foco específico na Câmara dos Deputados e a amplitude de temas *de Projetos de Lei não o relaciona mais diretamente ao projeto de pesquisa em questão*. O artigo de "Participação em redes transnacionais e a formulação de políticas locais em mudanças climáticas: O caso de palmas" (ALMEIDA; SILVA; PESSOA, 2013) apresenta descrição da intervenção do ICLEI junto ao governo estadual para desenvolvimento de projetos de mudança do clima. O marco teórico da pesquisa e o método não detalhado não permitiram o uso aprofundado deste artigo.

Por fim, o artigo "*Actors and Institutions in the Brazilian Climate Change Policy*" (GALVÃO, 2018) apresenta uma revisão da governança da PNMC e analisa criticamente a inclusão de múltiplos atores em mecanismos de coordenação horizontal da PNMC em seu início. Apresenta um relevante resgate das instituições de gestão e governança que regem a PNMC. Este artigo está relacionado apenas à palavra-chave mudança do clima e não atende às

demais palavras-chave da pesquisa e, por isso, foi considerado de baixa relevância para a pesquisa.

Em relação ao método de estudo de caso, dois autores usaram a mesma referência de “YIN, R. k. *Case study research design and methods*” edições distintas. Os métodos predominantemente usados nestes estudos de caso foram entrevistas semi estruturadas e análise documental. Não houve similaridade entre os tipos de dados coletados, tampouco entre os métodos de tratamento e análise. À exceção dos artigos teóricos, os demais aplicaram diferentes arcabouços teóricos para interpretar o tema do financiamento extra orçamentário para mudança do clima. Apenas um destes usou a teoria de fluxos múltiplos.

O tema em questão mostrou-se presente em publicações nos campos de pesquisa do Direito Tributários e Finanças Públicas, além de Políticas Públicas.

2.2. Resultados do Portal CAPES relacionados à teoria

Foi realizada busca para o marco teórico de Fluxos Múltiplos. Foram encontrados 11 artigos com a busca “fluxos múltiplos”. A busca sem as aspas, ou seja, fluxos múltiplos, resultou em 829 artigos, resultando em um complemento de 18 artigos a serem analisados. O objetivo das duas formas de busca foi conferir um universo maior de estudos e sanar falhas de registro e categorização de palavras-chaves de artigos no sistema do Portal CAPES.

Do total de 29 artigos analisados houve predominância do tema saúde em 24% deles e revisões teóricas em 12% deles. Os demais temas foram política externa, habitação, mudança do clima, objetivo do desenvolvimento sustentável, turismo e dois artigos teóricos. Em relação aos periódicos, foram 18% dos artigos publicados na Revista de Administração Pública e demais em periódicos diversos.

Foi feita a análise dos aspectos teóricos de cada um dos artigos supracitados. Foram consideradas a forma de aplicação da teoria ao caso, as conclusões, recomendações e limitações que os autores apresentaram sobre a teoria. Em comum, todos os autores aplicam a análise dos três fluxos de Kingdon (2002) aos seus casos - problemas, alternativas, soluções. Também analisam os conceitos de empreendedores de políticas, janela de oportunidade, atores visíveis e invisíveis. Constata-se que a interpretação dos casos é feita para explicar por meio de narrativas descritivas exploratórias e cronológicas o desenvolvimento de um problema à uma política pública. Em outras palavras, são interpretados casos de formação de agenda governamental, com ou sem sucesso. Em comum, tratam-se de métodos de análise qualitativa de dados obtidos por entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental.

A maior parte dos artigos não expande os aspectos teóricos, atendo-se apenas às considerações sobre o caso específico a partir dos conceitos da teoria de fluxos múltiplos. A seguir apresento os destaques consolidados a partir da análise de todos os artigos. Primeiramente são apresentados os artigos que trazem uma dimensão de debate teórico em sua narrativa, seja por meio de apresentação de limitações e/ou recomendações à teoria de fluxos múltiplos ou pela aplicação diferenciada da teoria.

A análise e identificação das variáveis que conformam cada fluxo tem sido feita de modo descritivo por cada autor, sem combinação com outros modelos teóricos. O artigo "Análise de políticas públicas: Entre a modelagem e a realidade da política habitacional Brasileira" (NETO et al, 2015) propõe complementar o modelo de fluxos múltiplos com os de *Advocacy Coalition Framework* e modelo de equilíbrio pontuado, sem concluir como seria este novo modelo de variáveis. Entretanto, levanta uma possibilidade promissora, também presente em outros artigos, sobre possibilidades de complementação teórica do modelo de fluxos múltiplos no que concerne uma análise mais detalhada sobre os atores.

O artigo "Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças" (CAPELLA, 2016) também compara o modelo de múltiplos fluxos de John Kingdon, o modelo de equilíbrio pontuado de Baumgartner e Jones e o modelo de coalizões de defesa de Sabatier e Jenkins-Smith para analisar o papel dos empreendedores de políticas públicas. A autora apresenta uma grande contribuição teórica sobre as ações do empreendedor nos contextos de mudança ou estabilidade institucional. Por diferentes ações o empreendedor é capaz de construir imagem de políticas públicas; monopólios; navegar e costurar crenças, ideais, discursos em representações simbólicas que são causais para processos institucionais. É um relevante destaque para as variáveis de abordagem de agência em meio às instituições. O autor recomenda novos estudos de caso e uma aplicação mais frequente destes estudos no Brasil, pois são escassos. A autora indica os trabalhos de Béland e Cox e Campbell para o aprofundamento sobre a definição, análise e mensuração das ideias no campo das políticas públicas.

O artigo "A Iniciativa Yasuní-ITT: uma análise a partir do Modelo de Fluxos Múltiplos" (MILANEZ; SANTOS, 2016) também foi abordado na seção anterior deste relatório por fazer análise de um caso relacionado à mudança do clima. Em seus aspectos teóricos os autores aplicam a teoria de fluxos múltiplos e as seguintes críticas: modelo elaborado para contexto americano cujo modelo institucional é fragmentado, permeável, com participação pluralista e de coalizões. Não sendo um modelo tão ajustado a outros contextos institucionais; valoriza a conjuntura como influência na tomada de decisão relativamente à influência da estrutura e

instituições; não tem capacidade preditiva sendo predominantemente descritivos. Ainda, há questionamento sobre a independência dos fluxos e a abrangência do modelo, pois sendo aplicado para explicar todo o processo de política pública e não apenas a definição de agenda. Este foi o único artigo selecionado que apresentou as críticas à teoria. Em conclusão os autores confirmam a validade do modelo para o caso aplicado recomendando adicionar a visão do 'humor' internacional como variável de opinião pública, bem como entender os múltiplos papéis que os atores desempenham ao longo do processo.

O artigo "Modelos de análise das políticas públicas" (ARAUJO; RODRIGUES, 2017) apresenta quatro modelos (1) modelo sequencial ou do ciclo político, (2) o modelo dos fluxos múltiplos, (3) o modelo do equilíbrio interrompido e (4) o quadro teórico das coligações de causa ou de interesse. Os autores fazem um resgate histórico dos fundadores do estudo de políticas públicas e suas concepções teóricas sequencial, escolha racional, processual e sistêmica, respectivamente, Lasswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton. Cada modelo é resumidamente apresentado. Ao final conclui-se pela pertinência dos modelos como sínteses de interpretação da realidade. Vale notar que não houve análise comparativa ou integradora entre os modelos de variáveis de cada teoria. As críticas apresentadas ao modelo de fluxos múltiplos são a consideração da interdependência entre os fluxos e fraca análise ao contexto institucional pelo modelo.

O artigo "Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil" (NAGEM; SILVA, 2013) confirma a validade explicativa do modelo de fluxos múltiplos para o caso e conclui que a etapa de entrada na agenda é apenas uma etapa de um processo instável de políticas públicas que pode ser alterado a qualquer momento. Além da instabilidade também a heterogeneidade de forças políticas e ideológicas distintas e conflitantes é uma realidade do processo. A seleção ou priorização de um problema é restrita deixando uma série de outros problemas marginalizados.

O artigo "Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa em governos locais brasileiros" (REIS; MARTINS, 2020) estuda o processo de adesão dos municípios à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa e complementa o modelo de fluxos múltiplos com abordagem *top-down* e *bottom-up* para a análise do desenho dessa estratégia no âmbito do Governo Federal e dos três municípios selecionados. O estudo corrobora a teoria aplicada sem análise sobre a teoria. Mas também indica o potencial uso combinado da teoria de fluxos múltiplos com outras abordagens teóricas de políticas públicas.

O artigo "O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: Aplicabilidades, contribuições e limites" (GOTTEMS et al, 2013) apresenta revisão de

publicações disponíveis nas bases de dados ProQuest, Portal de Periódicos e Banco de Teses e Dissertações da Capes e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Foram feitas buscas com as palavras-chave: Kingdon Model, *multiple streams model* (modelo dos múltiplos fluxos) e políticas públicas de saúde, resultando em 4 teses de doutorado, 6 artigos e 2 dissertações de mestrado, publicados entre 1994 a 2009. Os autores constatarem que o modelo dos múltiplos fluxos é válido para políticas de saúde e que traz as seguintes contribuições: "a) a incorporação da ambiguidade nas decisões; b) a valorização da consistência das ideias contidas nas propostas; c) a análise das diferentes interpretações sobre os problemas complexos da saúde brasileira pelos tomadores de decisão. Os limites do modelo na análise das políticas públicas de saúde do Brasil constituem-se em: a) baixa capacidade preditiva; b) ênfase descritiva dos aspectos situacionais e temporais das mudanças políticas; c) foco na atuação dos atores e suas relações interpessoais em detrimento do marco institucional que delimita suas decisões." (GOTTEMS et al, 2013, p.518).

O artigo "Interações entre Estado e sociedade civil na construção do FEAPER e Programa Camponês do Rio Grande do Sul" (ODERICH; GRISA; BARTH, 2019) apresenta uma complementação da teoria de fluxos múltiplos pelo modelo de *Advocacy Coalition Framework* de Sabatier e Jenkins-Smith (Apud ODERICH; GRISA; BARTH, 2019). O autor apresenta o conceito de coalizões que atuaram entre os fluxos na formação de agenda, bem como os *policy brokers* que intermediaram coalizões e viabilizaram a articulação entre ideias e atores da sociedade civil e do Estado.

O artigo "A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional" (PEREIRA; TEXEIRA, 2011) analisa o caso da integração dos catadores a políticas nacionais e encontra limitações explicativas na teoria de fluxos múltiplos. As principais críticas são o uso de abordagem *top-down* para o processo que desconsidera os movimentos *bottom-up*; o não reconhecimento de atores da sociedade civil e suas contribuições aos fluxos e sua dinâmica, e a falta de um detalhamento sobre o papel de ideias, crenças e conflitos no *policy process*. Os autores destacam a necessidade de uma discussão sobre a construção e interpretação dos problemas sociais que se tornaram eventualmente políticas públicas.

Por fim, o último destaque teórico é dado pelo artigo "Montagem de Agenda no Comitê Itajaí: Uma Aplicação do Modelo de Kingdon" (ZAPELINI, 2014) que tem por objetivo estudar a montagem de agenda na formulação do Plano de Bacia Hidrográfica no Comitê Itajaí. O autor propõe complementar a teoria de fluxos múltiplos com a releitura da teoria por Zahariadis (Apud ZAPELINI, 2014) que analisa como as questões são inseridas na agenda de discussão de atores na tomada de decisão. Ele afirma que os processos de atenção aos problemas estão

ligados aos processos de seleção de alternativas na tomada de decisão, contrariamente à independência dos fluxos da teoria original; diminui a necessidade de distinção entre participantes e processos, e o uso do conceito de ideologia e estratégia como elementos do fluxo político.

2.3. Resultados do Portal Scielo em relação à "definição de agenda"

Considerando o termo "definição de agenda" ou "*agenda setting*", foi feita busca no Portal SciELO com os seguintes filtros: *(policy) AND (agenda setting) AND year_cluster:("2020" OR "2017" OR "2015" OR "2016" OR "2018") AND type:("research-article")*. Foram encontradas 33 referências. Foram selecionados os artigos que abordam o Brasil, quando há estudos de caso, ou todos os artigos teóricos. Em resultado foram obtidos 11 artigos.

O artigo "Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos" (RIBEIRO, 2020) aplica a teoria de fluxos múltiplos para compreender por meio dos fluxos de problemas, política e políticas públicas a janela de oportunidade que permitiu a definição de uma agenda governamental para a educação financeira.

O artigo "*Agenda setting: mudanças e a dinâmica das políticas públicas Uma breve introdução*" (BRASIL; JONES, 2020) apresenta uma revisão histórica sobre o tema de definição de agenda. Para o processo de políticas públicas, é destacada a diferença entre o entendimento de uma agenda pública e a agenda governamental, propriamente. As teorias de fluxos múltiplos de John Kingdon (1984 apud BRASIL & JONES, 2020) e equilíbrio pontuado de Baumgartner e Jones (1993 apud BRASIL & JONES, 2020) são descritas e o artigo também referencia outros trabalhos de importância que utilizaram teoria de Coalizões de Defesa, *Narrative approach* e *Policy Learning*. Quanto ao método aplicado, o artigo apresenta que as análises de agenda empregam análises qualitativas com entrevistas e técnicas de *process-tracing*, estudos comparados quantitativos e revisões bibliométricas.

O artigo "*Agenda-setting policy: strategies and agenda denial mechanisms*" (CAPELLA, 2016) apresenta uma revisão histórica dos estudos de definição de agenda. É indicado que os primeiros estudos de agenda analisaram variáveis de poder político com foco nas decisões de indivíduos implementando suas preferências. O conceito de não-decisão também foi analisado em casos de problemas que são ignorados antes de entrar na agenda governamental. As variáveis que influenciam a entrada de um problema na agenda são temas que emergem em grupos fora do governo, mas se expandem até o governo; o papel da

burocracia no entendimento dos temas, e o papel de grupos influentes no governo. Modelos teóricos recém aplicados são teoria de fluxos múltiplos e a sua releitura proposta por Zahariadis, e equilíbrio pontuado. Em resumo, para o entendimento do bloqueio de agenda são apontadas as abordagens sobre monopólio de políticas de Baumgartner and Jones (1993); estratégias de produção e reprodução de imagens de políticas públicas (BAUMGARTNER; JONES, 1993 e TRUE; BAUMGARTNER; JONES, 1999 apud CAPELLA, 2016); reconhecimento de problemas (KINGDON, 2003 apud CAPELLA, 2016); questões de representação; (STONE, 2002 apud CAPELLA, 2016) retórica e persuasão (MAJONE, 1989 apud CAPELLA, 2016).

Parte 3: Discussão

Analisando os destaques comparativamente, apreende-se que o modelo de fluxos múltiplos foi corroborado por uma amplitude variada de análises de formulação de agenda de políticas públicas de distintas temáticas setoriais de governo, descrevendo processos e atuação de atores sociais, dos governos federal e locais, bem como de Poderes Executivo e Legislativo. A abordagem dos fluxos comporta com flexibilidade as narrativas históricas dos autores obtidas a partir de coletas por entrevistas e análise documental.

Ficou constatada a complementaridade potencial que o modelo de *Advocacy Coalition Framework* tem com o modelo de fluxos múltiplos, principalmente por este oferecer foco na influência dos atores sobre o processo de formação de agenda por meio das coalizões.

Há um diálogo contemporâneo na análise de políticas públicas entre as teorias de Fluxos Múltiplos, Equilíbrio Pontuado e *Advocacy Coalition Framework*. Outras referências aos autores do *Policy Cycle* como Frey (2000) e Hill (2005) também foram citadas com frequência na introdução dos textos analisados. Foram indicados Béland e Cox (2011) e Campbell (1998; 2002) para o aprofundamento sobre a definição, análise e mensuração das ideias no campo das políticas públicas.

Na maior parte dos artigos foi destacada a releitura de Zahariadis (1998) sobre a teoria de fluxos múltiplos indicando que esta consiste na principal leitura crítica sobre o *policy process* proposto na teoria de fluxos múltiplos. Em termos de história da ciência política, é apontado que a teoria de fluxos múltiplos tem origem na abordagem de Lasswell que concebe de forma pioneira a política pública como um processo. Também está presente o diálogo entre a teoria de fluxos múltiplos e o modelo de lata de lixo no que concerne a aleatoriedade sobre o processo. Embora criticado pela desconsideração de instituições e estruturas, a teoria de fluxos

múltiplos não acata a característica randômica da teoria da lata de lixo e propõe a limitação de processos por regras e instituições.

A partir das aplicações da teoria de fluxos múltiplos encontradas percebe-se tratar de uma teoria de amplo alcance de processos de políticas públicas. Não fica claro o diálogo entre as teorias de políticas públicas e as teorias políticas contemporâneas (por exemplo, neo institucionalismo, pluralismo, entre outras) do campo do conhecimento da ciência política. Em outras palavras, não se verificou o uso de teorias institucionais, pluralistas, comportamental ou de outra vertente que embasassem o entendimento sobre o sistema político para além do subsistema de políticas públicas.

Em relação às críticas e limitações da teoria de fluxos múltiplos, foi constatada a falta de variáveis de análise institucionais ou de estrutura no processo. Dentre as variáveis que compõem cada fluxo e a atuação de atores visíveis e invisíveis, não está presente a influência da instituição. As circunstâncias de contexto para o qual o modelo foi desenhado tornaram o específico ao caso norte-americano, na visão de alguns autores. A análise sobre as convergências de fluxos para definição da agenda governamental também configurou uma abordagem de processos *top-down*, o que dificulta a explicação de casos em que há processos latentes *bottom-up* de formação de agenda. Sobre os atores do processo, suas ideias e crenças, o modelo não detalha de forma suficiente seu papel nos processos.

Também foram encontradas críticas à proposta de independência entre os fluxos uma vez que as variáveis influenciam mutuamente todos os processos. Os autores citaram a limitação de explicar eventos e fatos já constatados, ou seja, sendo uma abordagem contextual e descritiva para a qual falta um arcabouço preditivo.

Em relação às temáticas mais frequentes nas análises de políticas públicas, encontra-se a produção acadêmica mais frequente associada à saúde. Os temas relacionados ao meio ambiente são abordados com baixa frequência.

Conclusão

Ao total foram selecionados para análise 49 artigos de 2.373 resultados para o período 2010-2020. Os artigos selecionados em razão com afinidade com a pergunta de pesquisa foram analisados individualmente sob critérios de método, dados, marco teórico, período de referência, conclusões, recomendações e limitações. Também foram comparados os metadados de ano e periódico. Não foram encontrados artigos para as três palavras-chave em conjunto - mudança do clima, formação de agenda e finanças públicas. Portanto, trata-se de um objeto inexplorado. Houve resultados para "mudança do clima" e um dos outros dois termos. A junção

de mudança do clima com finanças públicas resultou em artigos do Direito Tributário, especialmente sobre tributação ambiental e política fiscal ambiental. Os artigos mais associados ao campo da ciência política foram resultados de busca com o termo "definição de agenda" sobre temas diversos de estudos de caso. Foram encontrados apenas 4 artigos teóricos, sendo 2 sobre teorias de formação de agenda e 2 sobre fluxos múltiplos. O restante dos artigos aplica teoria para estudos de casos, em sua maioria, sobre políticas públicas de saúde. A Revista de Administração Pública foi o periódico mais frequente para os artigos resultantes do termo "formação de agenda".

Sobre o método da revisão sistemática destaca-se a importância de desenvolvimento de chave de busca a partir de sucessivos testes. Busca de palavras-chaves nos artigos encontrados e definição de uma rede semântica de palavras: a definição de termos de busca exige um processo de testes de palavras-chaves. É importante selecionar a partir de artigos definidos como prioritários ou exemplificativos para o autor, qual a forma mais frequente de ortografia da palavra-chave. Por exemplo, para "mudança do clima" a partir dos testes foi necessário incluir também "mudança climática". Para garantir uma ampla busca é importante definir a palavra-chave e elaborar um grupo de palavras associadas ao campo semântico.

É relevante aplicar testes de busca nas palavras com e sem aspas nas palavras-chave no portal CAPES. Houve uma diferença significativa na busca booleana com e sem aspas na palavra-chave. Para uma busca mais abrangente, é importante fazer a busca sem " no Portal CAPES. É um Portal limitado no número de campos de busca em relação aos demais. Nos portais da Scielo e Scholar as " foram importantes para refinar o conteúdo semântico da busca pois elas continham muitos termos de busca. Comparando os portais, o Google Scholar resultou em um grande número de resultados, mas pouco relacionados à produção científica e mais a uma pesquisa documental não científica. É um portal bastante abrangente para coleta de documentação em geral sobre determinado tema e para a aferição da relevância e atualidade do tema escolhido. Os portais CAPES e Scielo deram resultados semelhantes na busca sobre o termo "fluxos múltiplos".

Em comum, os artigos que abordaram a teoria de fluxos múltiplos combinaram esta abordagem com variáveis de *Advocacy Coalition Framework* para interpretar a dinâmica de relação de atores e sua movimentação entre os fluxos. Em suas revisões teóricas os artigos apresentam com frequência a comparação entre os seguintes modelos para analisar políticas públicas: Teoria de Fluxos Múltiplos, *Advocacy Coalition Framework* e Equilíbrio Pontuado. A interpretação feita por Zahariadis também esteve presente com destaque de forma a obter uma análise ampliada sobre o processo de políticas públicas. A crítica à previsão de

independência dos fluxos foi citada pela maioria dos autores. Entretanto, todos os artigos corroboram o potencial explicativo da teoria para entendimento da formulação de políticas públicas e definição de agenda governamental.

Referências Bibliográficas

- SAMPAIO, R.; MANCINI, M. **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese.** Revista Brasileira de Fisioterapia, 11, 83–89, 2007:
- HIGGINS, J. P. T. **Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions**, 2019. <https://doi.org/10.1002/9781119536604>.
- SILVA, R.; ARAUJO, S. **Ainda vale a pena legislar.** Revista de Sociologia e Política, 21(48), 19–50, 2013. <http://search.proquest.com/docview/1506856748/>
- DE CARLI, A. A.; COSTA, L. D. A. **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: parâmetro necessário à atividade econômica e requisito essencial à concessão de benefícios fiscais.** Revista Quaestio Iuris, 9(2), 843, 2016. <https://doi.org/10.12957/rqi.2016.19832>
- DE CARLI, A. A.; COSTA, L. D. A. **Tributação Ambiental No Brasil. Reflexões Para Esverdear O Sistema Tributário Brasileiro.** Revista de Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento, 3(3), 843, 2015. <https://doi.org/10.12957/rfptd.2015.15589>
- GALVÃO, D. F. R.; V. K. (2018). **Atores e instituições na formulação da Política de Mudanças Climáticas no Brasil.** Sustentabilidade Em Debate, 9, 145, 2018.
- GUIMARÃES, T. C.; IGARI, A. T. **Mudança Do Clima E Seus Impactos No Seguro Agrícola No Brasil.** Revista Em Agronegócio e Meio Ambiente, 12(4), 1583, 2019. <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2019v12n4p1583-1604>
- ALMEIDA, L. de A.; SILVA, M. A. da R.; PESSOA, R. A. C. **Participação em redes transnacionais e a formulação de políticas locais em mudanças climáticas: O caso de palmas.** Revista de Administração Pública, 47(6), 1429–1449, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000600005>
- GONZALEZ, L.; MOSER, R. M. B. **Microfinanças verdes: O caso do sistema cresol na região sul do Brasil.** Revista de Administração Publica, 49(4), 1039–1058, 2015. <https://doi.org/10.1590/0034-7612134039>
- NASCIMENTO, V. L. Q.; SIMONIAN, L. T. L.; FARIAS, F. **Tourism public policy of Amazonas from the Multiple Streams Model**, Carderno Virtual de Turismo, 2016. <https://www.cabdirect.org/cabdirect/abstract/20163263662>
- METTEN, A.; COSTA, L. S.; GADELHA, C. A. G.; MALDONADO, J. **A introdução do complexo econômico industrial da saúde na agenda de desenvolvimento: Uma análise a partir do modelo de fluxos múltiplos de kingdon.** Revista de Administração Pública, 49(4), 915–936, 2015. <https://doi.org/10.1590/0034-7612123873>

- MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. dos. **A Iniciativa Yasuní-ITT: uma análise a partir do Modelo de Fluxos Múltiplos.** *Revista de Sociologia e Política*, 24(59), 39–65, 2016. <https://doi.org/10.1590/1678-987316245903>
- ARAUJO, L.; RODRIGUES, M. de L. **Modelos de análise das políticas públicas.** *Sociologia, Problemas e Práticas*, 83, 11–35, 2017.
- FONSECA, A. C. F.; MEDINA, M. G. **Promoção da saúde na agenda governamental do estado da Bahia: política ou retórica?** *Saúde Em Debate*, 42(spe2), 302–316, 2018. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018s221>
- NOVAES, H. M. D.; WERNECK, G. L.; CESSE, E. A. P., Goldbaum, M.; MINAYO, M. C. D. S. **Post-graduation in collective health and the national public health system.** *Ciência e Saúde Coletiva*, 23(6), 2017–2025, 2018. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.05612018>
- DA FONSECA, E. M.; SHADLEN, K.; BASTOS, F. I. **Integrating science, technology and health policies in Brazil: Incremental change and public health professionals as agents of reform.** *Journal of Latin American Studies*, 51(2), 357–377, 2019. <https://doi.org/10.1017/S0022216X18001050>
- LAPÃO, L. V., & PISCO, L. **A reforma da atenção primária à saúde em Portugal, 2005-2018: o futuro e os desafios da maturidade.** *Cadernos de Saúde Pública*, 35Suppl 2(Suppl 2), e00042418, 2018. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00042418>
- CAPELLA, A. C. N. **Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças.** *Cadernos EBAPE.BR*, 14(spe), 486–505, 2016. <https://doi.org/10.1590/1679-395117178>
- CIA AIVES, E. E.; FERANDES, I. F.A.L. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: uma transformação no debate científico do desenvolvimento?** *Meridiano 47 - Journal of Global Studies*, 21, 2020. <https://doi.org/10.20889/m47e21010>
- NETO, P. N.; MOREIRA, T. A., HARDT, C.; SCHUSSEL, Z. **Análise de políticas públicas: Entre a modelagem e a realidade da política habitacional Brasileira.** *Revista de Administração Pública*, 49(4), 847–868, 2015. <https://doi.org/10.1590/0034-7612132489>
- SILVA, D. C.; KLEIN, M. **A Política Externa Brasileira como Política Pública: a proposta de um Conselho Nacional e a experiência do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa.** *Mural Internacional*, 7(2), 203–218, 2017.
- NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. **Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil.** *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), 159–175, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200010>
- KINGDON, John W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies.** Second Edition. Pearson New International Edition, 2002.

- ANTELO, F. do S. F. S. **Transversalidade da política ambiental na Amazônia: uma análise do plano BR-163 sustentável a partir do modelo de múltiplos fluxos**. Revista IDeAS, 10(1–2), 34–62, 2016.
- REIS, A. O.; Martins, S., D. **Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa em governos locais brasileiros**. GIGAPP Estudos, 7, 150–165, 2020.
- COUTO, M. P., SALGADO, E. D., & PEREIRA, A. E. **O Programa Mais Médicos: a Formulação De Uma Nova Política Pública De Saúde No Brasil**. Tempus Actas de Saúde Coletiva, 9(4), 97, 2015. <https://doi.org/10.18569/tempus.v9i4.1728>
- COELHO, D. B.; CALVACANTE, P.; TURGEON, M. **Mecanismos de difusão de políticas sociais no Brasil: Uma análise do Programa Saúde da Família**. Revista de Sociologia e Política, 24(58), 145–165, 2016. <https://doi.org/10.1590/1678-987316245807>
- NAGEM, F.; SILVA, S. **Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil**. Revista de Sociologia e Política, 21(46), 2013.
- PASSOS, G. de O.; GOMES, M. B. **A instituição da reserva de vagas na universidade pública brasileira: os meandros da formulação de uma política**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas Em Educação, 22(85), 1091–1114, 2014. <https://doi.org/10.1590/s0104-40362014000400010>
- LOUREIRO, J. M.; MENDONÇA, A. V. M.; ZAITUNE, M. P. D. A.; SOUSA, M. F. A **formação da Agenda da Estratégia de Saúde da Família: Uma reflexão histórica em múltiplos fluxos**. Tempus, 9(3), 207–305, 2015.
- CAPELLA, A. C. N. **Agenda-setting policy: strategies and agenda denial mechanisms**. Organizações & Sociedade, 23(79), 675–691, 2016. <https://doi.org/10.1590/1984-9230713>
- GOTTEMS, L. B. D.; PIRES, M. R. G. M., CALMON, P. C. D. P.; Alves, E. D. **O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: Aplicabilidades, contribuições e limites**. Saúde e Sociedade, 22(2), 511–520, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000200020>
- SILVA, A. B.; MOREL, C. M.; MORAES, I. H. S. de. **Proposta conceitual de telessaúde no modelo da pesquisa translacional**. Revista de Saúde Pública, 48(2), 347–356, 2014. <https://doi.org/10.1590/s0034-8910.2014048004923>
- ZAPELINI, M. B. **Montagem de Agenda no Comitê Itajaí: Uma Aplicação do Modelo de Kingdon**. Revista de Administração Contemporânea, 18(6), 795–812, 2014. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20141214>
- NASCIMENTO, A. F., & DESLANDES, S. F. **A construção da agenda pública Brasileira de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil**. Physis, 26(4), 1171–1191, 2016. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312016000400006>

- PEREIRA, M. C. G.; TEIXEIRA, M. A. C. **A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional.** Cadernos EBAPE.BR, 9(3), 895–913, 2011. <https://doi.org/10.1590/s1679-39512011000300011>
- MOREIRA, C. R. B. S. **A análise de políticas educacionais por meio do modelo de múltiplos fluxos.** ReLePe En Revista, 5, 1–14, 2020.
- MENEZES, D. B., & SOUZA, V. G. **Formação da agenda governamental relativa às políticas urbanas no Brasil após a criação do Ministério das Cidades: Uma aplicação do Modelo dos Múltiplos Fluxos.** RP3 - Revista de Pesquisa Em Políticas Públicas, 1, 2017. <https://doi.org/10.18829/rp3.v1i10.24952>
- BACHENDORF, C. F.; SANTOS, G. D.; PEZARICO, G.; MARTINI, M. J. Marini. **Cidades Inteligentes E Sustentáveis: Uma Análise Sob a Perspectiva Das Políticas Públicas De Pato Branco-** Pr. Informe GEPEC, 23(1), 29–50, 2019.
- NOVAES, H. M. D., WERNECK, G. L., CESSÉ, E. A. P., GOLDBAUM, M., & MINAYO, M. C. D. S. (2018). **Post-graduation in collective health and the national public health system.** Ciência e Saúde Coletiva, 23(6), 2017–2025, 2018. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.05612018>
- MACHADO, S. H. S. **O uso da teoria de stakeholders em uma análise da etapa de formulação da política nacional de medicamentos.** Revista de Administração Pública, 47(3), 543–565, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000300001>
- LIMA, L. D. de, MACHADO, C. V., O'DWYER, G.; BAPTISTA, T. W. de F.; ANDRADE, C. L. T. de; KONDER, M. T. **Interdependência federativa na política de saúde: a implementação das Unidades de Pronto Atendimento no estado do Rio de Janeiro, Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva, 20(2), 595–606, 2015. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015202.02512014>
- ODERICH, E. H., Grisa, C.; BARTH, V. J. **Interações entre Estado e sociedade civil na construção do FEAPER e Programa Camponês do Rio Grande do Sul.** Política & Sociedade, 17(40), 373–399, 2019. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p373>
- SILVA, A. B.; MORAES, I. H. S. **O caso da Rede Universitária de Telemedicina: Análise da entrada da telessaúde na agenda política Brasileira.** Physis, 22(3), 1211–1235, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312012000300019>
- SORGINE, G. F.; SANTOS, M. H. de C. **A política externa brasileira como política.** Meridiano 47 - Journal of Global Studies, 19, 2018.
- HUPFFER, H. M.; WACLAWOVSKY, W. G. **Uma Análise Sistêmica Do Princípio Do Protetor – Receptor Na Institucionalização De Programas.** Ambiente & Sociedade, 14(1), 95–114, 2011.
- RIBEIRO, C. T. **Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos.** Cadernos EBAPE.BR, 18(3), 486–497, 2020. <https://doi.org/10.1590/1679-395120190038>

BRASIL, F. G.; JONES, B. D. **Agenda setting: mudanças e a dinâmica das políticas públicas Uma breve introdução.** Revista de Administração Pública, 54(6), 1486–1497, 2020. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200780>

SILVERWOO-COPE, K. O.; Ling, M. T. **O financiamento da Política Nacional sobre Mudança do Clima sob a perspectiva do modelo de Fluxos Múltiplos.** 12º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), João Pessoa, 2020.